



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARIA DE FATIMA DA SILVA NOBERTO

**PRECONCEITO RACIAL NO COTIDIANO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NA
ESCOLA SÉRGIO LUIZ DE MELO GOMES - GUARABIRA/PB**

GUARABIRA/PB

2018

MARIA DE FATIMA DA SILVA NOBERTO

**PRECONCEITO RACIAL NO COTIDIANO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NA
ESCOLA SÉRGIO LUIZ DE MELO GOMES - GUARABIRA/PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia. Orientadora: Prof^ª. Me. Sheila Gomes de Melo.

GUARABIRA/PB

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N744p Noberto, Maria de Fátima da Silva.
Preconceito racial no cotidiano escolar [manuscrito] : um estudo de caso na Escola Sérgio Luiz de Melo Gomes - Guarabira/PB / Maria de Fatima da Silva Noberto. - 2018.
34 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação : Profa. Ma. Sheila Gomes de Melo , Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."
1. Educação. 2. Cultura Afro Brasileira. 3. Cultura Afrobrasileira. 4. Cultura africana. 5. História africana. I. Título
21. ed. CDD 305.8

MARIA DE FATIMA DA SILVA NOBERTO


PRECONCEITO RACIAL NO COTIDIANO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO
NA ESCOLA SÉRGIO LUIZ DE MELO GOMES - GUARABIRA/PB

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia.


Área de concentração: Formação docente e Fundamentos da Educação.

Aprovada em: 01/12/2024.

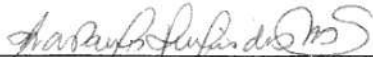
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Me. Sheila Gomes de Melo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a. Dr.^a. Ana Paula Rufino dos Santos (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, a minha mãe Graça e ao meu pai Antônio por todo esforço e incentivo que me deram.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo da minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer. Não foi fácil chegar a este nível mas, com esforço ajuda e dedicação, hoje, venho diante das minhas palavras agradecer a cada um que me ajudou e principalmente a minha família por todo incentivo e apoio nos momentos difíceis ao percorrer desta jornada.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

À minha mãe Graça, heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Ao meu pai que apesar de todas as dificuldades me fortaleceu, sendo bastante importante para mim.

Aos meus irmãos e afilhados, que nos momentos de minha ausência dedicados aos estudos, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente.

As minhas amigas Adriana, Cyda, Jaqueline e Josinete, que encontrei na Universidade e que jamais irei esquecer o quanto me ajudaram nos trabalhos acadêmicos, nas vivências e experiências que tivemos juntas e que possamos levar isso para o resto da nossas vidas. Sei que não foi fácil para nós mais sempre estávamos juntas nos momentos bons e/ou ruins, inclusive no momento de produzir nossos TCCs, estando juntas para vencer esta batalha.

Diante de poucas palavras também quero agradecer a minha amiga Letícia Cardoso que desde a infância sempre me ajudou nos momentos que precisei, pois foi com a ajuda dela que hoje estou concluindo este curso de Pedagogia depois de varias tentativas. Sei que não foi fácil, mas ela sempre estava do meu lado me ajudado para eu nunca desistir.

À minha orientadora Prof.^a Me. Sheila Gomes de Melo pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

A todos os *professores* por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas também a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, por terem me ensinado e por me fazerem

aprender coisas novas. A palavra mestre, nunca fará justiça aos/as professores(as) dedicados(as) os/as quais sem nominar terão sempre os meus agradecimentos.

Um olhar atento sobre a realidade do povo brasileiro mostra uma sociedade multirracial e pluriétnica que faz de conta que o racismo, o preconceito e a discriminação não existem. No entanto, afloram a todo momento, ora de modo velado, ora escancarado, e estão presentes na vida diária. (LOPES, 2005, p 186).

RESUMO

O presente trabalho ressalta a importância do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. O estudo foi embasado nas ideias de Cavalleiro (2000), Munanga (2000) e Trindade (2013), que nos deram subsídios para entender a temática. Nesse sentido, o presente trabalho traz o objetivo de que devemos compreender sobre o preconceito para ser trabalhado com as crianças na sala de aula. Este estudo é de caráter qualitativo, cujo procedimento se constituiu uma pesquisa de campo, bem como de estudo caso, realizado em uma escola pública da rede de ensino municipal da cidade de Guarabira/PB, sendo os sujeitos da pesquisa dois professores da educação infantil e um coordenador pedagógico. O instrumento de pesquisa foram entrevistas semiestruturadas. Neste trabalho foi possível observar que ainda não há projetos em que se trabalha a Lei 10639/03 (BRASIL, 2003) logo, a pesquisa constatou que o conteúdo da Lei 10639/03 (BRASIL, 2003) não vem sendo efetivado na escola em virtude de uma série de elementos, a exemplo, a falta de material didático e a formação de professores, os quais influenciam para o não cumprimento da Lei. Frente a isto se vê a necessidade de investir em uma educação antirracista e que contemple as relações étnico-raciais para que as crianças tenham um olhar diferenciado para a sociedade humana.

Palavras-Chave: Lei 10.639/03. História e Cultura Afro Brasileira e Africana. Educação.

ABSTRACT

The present work emphasizes the importance of teaching Afro-Brazilian and African History and Culture. The study was based on the ideas of Cavalleiro (2000), Munanga (2000) and Trindade (2013), who provided us with subsidies to understand the theme. In this sense, the present work has the objective of understanding the prejudice to be worked with children in the classroom. This study is a qualitative study, whose procedure was constituted a field research, as well as a case study, carried out in a public school of the municipal education network of the city of Guarabira / PB, being the subjects of the research two teachers of the infantile education and a pedagogical coordinator. The research instrument was semi-structured interviews. In this work it was possible to observe that there are still no projects in which the Law 10639/03 is worked (BRAZIL, 2003). Therefore, the research found that the content of Law 10.639 / 03 (BRAZIL, 2003) has not been implemented in the school due to a series of elements, for example, lack of teaching materials and teacher training, which influence for non-compliance with the Law. Faced with this is the need to invest in an education anti-racist and that contemplate the ethnic-racial relations so that the children have a different look for the human society.

Keywords: Law 10.639/03. Afro-Brazilian and African History and Culture. Education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ambiente da escola	26
Figura 2 – Ambiente da sala de aula	26

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 AO ENSINO COM LITERATURA AFRO-BRASILEIRA.....	15
3	RACISMO, PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO, E ESTEREÓTIPO NO CONTEXTO ESCOLAR	18
3.1	DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	19
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	22
4.1	CAMPO DE PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS	23
4.2	INSTRUMENTOS DA PESQUISA	23
4.3	TIPO DE PESQUISA.....	24
4.4	PROCEDIMENTOS: ETAPAS DA PESQUISA	25
4.5	ANÁLISES DOS DADOS	25
4.5.1	O ambiente físico.....	26
4.5.2	As entrevistas.....	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
	REFERÊNCIAS	32
	APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA	34

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta a importância do ensino e seus complementos verificando as atitudes que pode-se propor aos alunos e por qual caminho deve seguir o ensino com os elementos da cultura. É importante que a escola construa possibilidades para o conhecimento de várias culturas contribuindo no sentido de que os alunos possam ter um olhar diferenciado, pois as desigualdades raciais são relacionadas a uma herança escravista, onde as questões culturais, especialmente a cultura negra, são pouco respeitadas. Trazendo todo esse pensamento, como perceber o preconceito racial no cotidiano escolar com as crianças da educação infantil.

Na escola, o preconceito racial está sempre no cotidiano dos alunos. Quando falamos em preconceito nas escolas, certamente estamos falando de práticas discriminatórias e, preconceituosas, que envolvem um universo composto de relações raciais pessoais entre os estudantes, professores e direção da escola. O professor reconhece a existência do preconceito racial na escola, seja entre alunos, de professores em relação aos alunos ou do corpo administrativo para com os alunos. O preconceito manifesta-se em brincadeiras ou apelidos alusivos à cor, na seleção racial do colega de estudo ou do banco escolar e na própria expectativa do professor quanto ao rendimento do aluno negro quando comparado ao branco. Além disso, embora todos os professores tenham se declarado destituídos de preconceitos, o conteúdo de seu discurso muitas vezes demonstrou o contrário.

Dessa maneira, os professores assumem a direção de uma sala de aula sem ter noção dos problemas que irão enfrentar. Na maioria das vezes, as soluções para os conflitos emergentes são buscadas no bom senso ou na prática cotidiana, independentemente de qualquer lastro pedagógico.

Com isto, temos o objetivo geral compreender sobre o preconceito para ser trabalhado com as crianças na sala de aula. Como objetivos específicos: verificar a aplicação da lei nº 10.639/03 na escola; caracterizar o posicionamento dos docentes diante de uma situação de preconceito racial na sala de aula e relacionar as experiências com a prática dos docentes.

A desigualdade racial, antes de ser um problema em si, é o resultado de processo diverso nos quais o racismo, o preconceito e a discriminação, destacam-se, pois há uma ideologia que esclarece que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileira. Uma vez que a criança sofre preconceito na escola pela cor da pele, pelo seu tipo de cabelo, entre outros, influenciam determinado destino de lugar social no interior da sociedade

brasileira. As discussões que surgem acerca das diferenças e diferentes formas de preconceito cultural abordam a necessidade de fazer com que na educação escolar, o trabalho com a diversidade seja primado pela valorização e respeito ao outro. É preciso compreender que por trás da Lei 10639/03 existiu, e ainda existem, percursos de lutas pela e em prol de direito iguais, da democracia. “Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas”, (MUNANGA, 2005, p. 17).

Desta forma, o trabalho com esse tema requer um entendimento sobre as causas políticas, econômicas e sociais sobre o preconceito. Tendo em vista que, na escola o preconceito é algo ruim, às vezes as crianças não sabem o porquê daquilo. As situações conflituosas encontradas em salas de aula demonstram como os meninos e meninas carregam em si, o preconceito, que vem se acumulando de geração em geração. Os casos mais registrados são relacionados à aparência física, cor da pele, tipo de cabelo e religião. Todo esse contexto é agravado pela escassez de estudos escolares sobre o tema, em conjunto ao despreparo dos docentes, acerca de lidar com a diversidade racial, causadas por lacunas em seu processo de formação. Assim sendo, o presente trabalho é fruto dessa necessidade de resgatar, visibilizar e tratar com mais força, sobretudo em esfera educacional, este tema tão caro à construção da sociedade e identidade nacional.

Para esta comunicação, propomos analisar a obra *Superando e Racismo na Escola*, organizada pelo antropólogo Kabengele Munanga e publicada em 1999 pelo Ministério da Educação. A referida publicação é considerada um dos resultados, no âmbito da educação, dos debates entre sociedade civil e governo federal ocorridos na década de 1990 em torno da educação e a questão racial. Intentamos com a análise desse livro, compreender o debate travado pelo movimento negro na educação para superação do racismo e as possibilidades de ações apresentadas nesta obra, levando em conta as condições de produção e disseminação da mesma, procurando tornar inteligíveis as formas como intelectuais negros/as militantes abordaram a questão racial na educação naqueles anos e como estava colocado o ensino de História Africana.

A partir da leitura do livro *Aprendendo valores étnicos na escola*, fica claro que o ambiente escolar é junto com o familiar, muitas vezes espaço para discriminação. A prova disso é que estudos atestam que a expectativa de professores sobre alguns estudantes costuma ser baixo, o que significa que também o investimento nesses será menor, fazendo com que tenham uma trajetória escolar ruim. Portanto, para modificar a mentalidade que se inicia ou se

cristaliza na escola, é preciso, antes de tudo, mudar a percepção dos que tem legitimidade para transmitir conhecimento e aprendizado aos alunos.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. Além da introdução no primeiro capítulo, temos o segundo capítulo que trata sobre a Lei 10639/03, aprovada em 2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino sobre a história e a cultura Africana e Afro-Brasileira, tendo em vista a importância da literatura na construção do saber e da identidade de um povo.

No terceiro capítulo abordaremos sobre a Promulgação da lei Nº 10.639/2003 ao ensino com Literatura Afro-brasileira, racismo como suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização biogenética de fenômenos puramente sociais e culturais.

O quarto capítulo, traz o desenvolvimento da metodologia e os aspectos metodológicos da pesquisa, campo de pesquisa e caracterização dos sujeitos.

2. PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 AO ENSINO COM LITERATURA AFRO-BRASILEIRA

Considerando que a Lei nº 10.639/03 aprovada em 2003, estabeleceu a obrigatoriedade do ensino sobre a história e a cultura Africana e Afro-Brasileira e tendo em vista a importância da literatura na construção do saber e da identidade de um povo, por certo, a cultura africana tem grande influência na construção da História do Brasil e sabemos que há inúmeros escritores considerados afro-brasileiros que contribuíram, por meio da Literatura, para a construção de importantes obras de afirmação cultural.

Contudo, a história do negro, ensinada em sala de aula, está voltada para a colonização do Brasil, e esse é assunto tratado apenas nas aulas de História. Sendo assim, é necessário reconhecer a importância do ensino da literatura afro-brasileira para a formação identitária das crianças e os jovens negros a fim de que possam lidar com questões ligadas à discriminação racial na escola. A inclusão da leitura e o estudo da origem cultural introduz em nossa sociedade uma importante ferramenta para que as crianças e jovens se reconheçam como cidadãos e definam mais assertivamente sua identidade. Antes de ser uma alteração legal, construída em gabinete de gestores de políticas públicas, a Lei 10.639/03 foi uma alteração forjada nas ruas, nas escolas, nos seminários, nos encontros, nas reuniões e nas pesquisas de todos(as) aqueles(as) que, historicamente, vinham lutando pelo reconhecimento do importante papel do povo negro na formação da população brasileira e, propondo que a escola, fosse um espaço efetivamente democrático, onde as diferenças não fossem traduzidas em desigualdades para que a população tenha conhecimento da lei que foi criada.

Miranda (2011), fala sobre a influência que a literatura tem sobre a formação identitária, considerando a história literária da nação e como as séries literárias, ao coincidirem com as séries sociais, completam o processo de construção dessa identidade.

Almeida, destacando a fala, (2015 apud Munanga 2001), a respeito da formação limitada do educador para lidar com questões relacionadas à diversidade, nos permite perceber como o assunto em pauta tem sido tratado por parte de alguns docentes e como isso reflete no ambiente escolar e nas práticas que tendem a inferiorizar a estética negra.

Portanto, compreendemos, e sem muita relutância, que a literatura de um local contribui para a construção da sua identidade assim como percorre os tempos, carregando em si, significados e autenticidade que constroem uma nação. É com esse conhecimento que tentaremos identificar como a literatura pode colaborar para o cumprimento da Lei 10.639/03.

A escola ao exercer o seu papel de orientar os alunos a entender e respeitar a diversidade, possibilita que eles cresçam sabendo conviver com as diferenças. Reconhecer em sala de aula a importância da história e da cultura Afro-brasileira e Africana como construtoras da História do Brasil, torna-se um meio eficaz de combate ao racismo e a discriminação, permitindo que, por meio da educação formal, seja rompida a imagem de inferioridade dos negros na sociedade.

Entretanto, para que isso ocorra, deverá haver um comprometimento por parte da escola com a Lei e suas diretrizes. O ideal seria que a direção, juntamente com professores e coordenação, formassem uma união com os pais, alunos e com a comunidade em geral, para discutir e problematizar as questões étnico-raciais, propondo uma educação com foco para a compreensão da diversidade.

Para que as crianças tenham um conhecimento e um olhar diferenciado para saber lidar com a diversidade pois, na escola, as crianças sofrem muito com o preconceito e discriminação. Aqui, é necessário esclarecer o que entendemos por literatura africana e literatura afro-brasileira.

Para tanto, é preciso também compreender como a literatura influencia na educação de jovens e crianças, como bem destacam Mariosa e Reis (2011) no artigo intitulado *A influência da literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças*, onde Silva (2012) define que “o ato de ler e ouvir histórias possibilita à criança expandir seu campo de conhecimento, tanto na língua escrita, quanto na oralidade”.

Por essa razão, é indispensável pensar a respeito das implicações que as literaturas têm sobre a formação de caráter social, desde a infância. Outra informação importante ressaltada por Mariosa e Reis é a crítica quanto à obra de Monteiro Lobato, feita por Silva (2012), que, segundo ele, pode ser percebida a intenção de reforçar o papel inferior no negro na sociedade.

A fim de encontrarmos uma definição para literatura afro-brasileira e um conhecimento sobre as literaturas africanas que estão nas estantes das escolas, ou que deveriam estar nos valem da corroboração oferecida por Pires, Sousa e Souza (2005), citados por Mariosa e Reis (2011):

Um olhar atento sobre a realidade do povo brasileiro mostra uma sociedade multirracial e pluriétnica que faz de conta que o racismo, o preconceito e a discriminação não existem. No entanto, afloram a todo momento, ora de modo velado, ora escancarado, e estão presentes na vida diária. (LOPES, 2005, p 186).

Assim, a evidente deficiência desse ensino nas escolas levou o Conselho Nacional de Educação a reconhecer a necessidade de incluir no plano pedagógico e nas diretrizes curriculares, a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura Afro-brasileira e Africana. Criou-se, portanto, em janeiro de 2003, a Lei nº 10.639, alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, acrescentando o Artigo 26º, que tornou o ensino obrigatório nos níveis fundamental e médio, tanto na rede pública quanto na rede privada.

3. RACISMO, PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO, E ESTEREÓTIPO NO CONTEXTO ESCOLAR

Racismo é a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização biogenética de fenômenos puramente sociais e culturais. O “**Racismo** é uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos”, segundo o Programa Nacional de Direitos Humanos (1998, p. 12). É também uma modalidade de dominação ou, antes, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. Ignorância e interesses combinados, como se vê, (SANTOS, 1990, p. 12).

O **Preconceito** é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos.

Aqui está uma lista de alguns preconceitos clássicos, que estão bem encaixados em nosso cotidiano:

“Toda sogra é chata.”

“Todos os homens são fortes.”

“Toda mulher é frágil.”

“Todos os políticos são corruptos.”

“Toda criança negra vai mal à escola.”

“O negro é burro.”

“Mulher bonita é burra.”

As lutas de vários segmentos do movimento negro por reparação humanitária, reconhecimento, valorização e com base em estereótipos, as pessoas julgam as outras. Por isso o preconceito é um fenômeno psicológico. Ele reside apenas na esfera da consciência e/ou afetividade dos indivíduos e por si só não fere direitos. Ninguém é obrigado a gostar de alguém, mas é obrigado a respeitar os seus.

Direitos (Conselho Estadual da Condição Feminina, 1994, p. 2):

A Discriminação racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional com a finalidade ou o efeito de impedir ou dificultar o reconhecimento e/ou exercício, em bases de igualdade, aos direitos humanos e liberdades

fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outra área da vida pública.

Os **Estereótipos** são generalizações que as pessoas fazem sobre comportamentos ou características de outros. Estereótipo significa impressão sólida, e pode ser sobre a aparência, roupas, comportamento, cultura, etc. Estereótipos são pressupostos sobre determinadas pessoas, muitas vezes eles acontecem sem ter conhecimento sobre grupos sociais ou características de indivíduos, como a aparência, condições financeiro, comportamento, sexualidade, etc.

3.1 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Os artigos acrescentados à Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB n. 9.394/96 pela Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), é a concretização de um longo percurso de igualdade de direitos em âmbitos social e educacional. É também, um presente dado por este movimento para a sociedade brasileira como um importante passo para a transformação desta, bem como para uma mudança educacional, de modo a expandir o foco para incluir, discutir, reconhecer e valorizar a rica diversidade que formou o país. Sendo assim, os professores tem por obrigação ter conhecimento sobre a lei das Diretrizes para que possam ajuda a combater o preconceito na sala de aula, pois eles são os responsáveis para interferir quanto professor para ensinar que precisamos respeitar uns aos outros, de forma que eles tenham um olhar diferenciado perante a sociedade.

A criança gozará de proteção contra atos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer natureza. Criar-se-á num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal em plena consciência de que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes. (AZOILDA, 2013, p.131).

Em janeiro de 2003, foi promulgada uma alteração da LDB pela lei 10.639/03, onde educadores, militantes e pesquisadores comprometidos com a promoção da igualdade racial puderam comemorar uma vitória perseguida após décadas, pelo movimento negro no Brasil.

Estava estabelecida, enfim, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana na educação básica e instituído o dia 20 de novembro como o dia nacional da Consciência Negra, como data a ser comemorada e lembrada no calendário escolar.

A Lei determina que o desenvolvimento deve ser pleno, assim compreende-se, sem nenhum tipo de preconceito, discriminação e desrespeito à pessoa humana. A Lei estabelece que não se possam aceitar diferenças entre as pessoas, sejam de comportamento, cultural, religiosa, étnica ou racial. Uma pessoa não pode ser julgada, tratada de forma diferente ou rejeitada por sua cor de pele. A Constituição Federal no seu Art. 3º, IV diz “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Explicitando a necessidade de combater o racismo e o preconceito, sob qualquer forma, pois a discriminação fere o princípio da igualdade entre os indivíduos.

Ao ler o texto *Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil*, de Azoilda Trindade, reforçaremos esta citação:

A África e seus descendentes imprimiram e imprimem no Brasil valores civilizatórios, ou seja, princípios e normas que corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais, intelectuais e materiais, objetivas e subjetivas, que se constituíram e se constituem num processo histórico, social e cultural. (TRINDADE, 2013, p. 132).

Esse trecho, descreve a forma como a criança deve ser tratada, valorizando-se a compreensão, a tolerância e a amizade. Outro ponto importante é que ela deve ser protegida contra qualquer tipo de discriminação. O intuito desse texto é de alertar professores e professoras sobre a temática racial, ainda muito presente em nosso contexto, devido aos diversos casos discriminatórios que acontecem nas escolas em relação às crianças negras. Os valores civilizatórios afro-brasileiros, surgem no sentido de destacar a África e a herança que os povos advindos desse continente nos deixaram. Se pensarmos em uma perspectiva civilizatória, somos descendentes dos africanos que foram traficados para o Brasil. Somos afrodescendentes e temos que conhecer nossas origens e valorizá-las, especialmente no ambiente escolar, na construção de um pensamento que conhece e afirma suas raízes. Segundo Trindade (2013).

O segmento negro da população brasileira, é descendente de africanos que foram trazidos para o Brasil pelo tráfico negreiro, que é considerado, por sua amplitude, uma das maiores tragédias da humanidade (MUNANGA, 2006, p. 18). Ao ser traficado para o Brasil, o povo africano imprimiu valores civilizatórios afro-brasileiros, que podem ser classificados como um conjunto de aspectos da cultura africana trazidos pelos negros escravizados, que aqui foram se reconstruindo e criando a cultura afro-brasileira. Hoje, podemos encontrar traços da cultura africana em nossa cultura na música popular, na religião, na culinária, no folclore e nas festividades populares.

Não há dúvidas de que a literatura exerce uma função de extrema importância na construção e manutenção da identidade nacional de um povo. Levar esse conceito para dentro da sala de aula e aplicá-lo como parte executável do programa curricular, proporcionando aos alunos um contato real com suas origens, promete ser eficaz para que muitos assuntos da sociedade sejam tratados de forma orientada e até mesmo esclarecidos, como, por exemplo, preconceitos, variação étnica, construção de moralidade social e cultural, e conceito de religiosidade.

Mesmo percebendo que a Lei 10.639/03 ainda não está aplicada de forma integral, ao contemplarmos alguns docentes empenhados em suas funções, sentimos que é possível uma mudança nesse quadro, desde que consigam – e nesse quesito nos enquadraremos enquanto professores em formação – incentivar outros docentes a proporcionar essa discussão em sala e em conselhos escolares no sentido de propor mudanças para a inserção de atividades voltadas para o atendimento da Lei.

A escola é o espaço de conhecimento que relaciona a cultura étnico-racial. Segundo Munnaga (2005):

Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores por falta de preparação ou por preconceito neles, pois não sabem lançar mão a uma dessas situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala de aula como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela nos traz para nossa cultura e para nossa identidade nacional. (MUNGANGA, 2005, p. 15)

No entanto, é importante ter a clareza de que o espaço escolar nos exige dois movimentos complementares e paralelos; é preciso combater as desigualdades e promover a cidadania e a equidade, assim recontar história, lançando luz sobre as lacunas que deixaram mulheres, negros e indígenas escondidos como sujeitos de segunda categoria, é instrumento valioso para combater desigualdade mas, é fundamental sabermos que isso não elimina, por si só, as bases ideológicas que as sustentam. É preciso ações mais amplas, profundas e, principalmente, intencionais e cotidianas. Não é possível prescindir de ações efetivas para combater o racismo e a discriminação no palco cotidiano, pois é no dia a dia, em momento como a entrada e a saída de estudantes, nos intervalos e no recreio, que processos discriminatórios ocorrem, sem que os adultos estejam atentos e se dediquem a combatê-los.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente capítulo é destinado ao relato dos procedimentos metodológicos empregados na presente pesquisa e a apresentação e a análise dos resultados obtidos pela pesquisa com os docentes.

Para responder ao problema investigado, é produzido conhecimento científico que surge mediante o uso de métodos e técnicas adequados. Esse processo vincula-se a um paradigma, que representa a visão de mundo que orienta o pesquisador. Esse paradigma, que indica uma espécie de modelo, de maneira de ver as coisas e explicar o mundo, relaciona-se ao fato de o pesquisador não ser neutro nesse processo de pesquisa.

Para a realização da pesquisa é preciso definir quais meios serão utilizados. Dessa maneira, partindo do pressuposto de que a pesquisa se define como uma atividade voltada para o esclarecimento de situações-problemas ou de novas descobertas, torna-se imprescindível definir os caminhos e formas pelas quais a pesquisa será desenvolvida. A entrevista, escolhida para coleta dos dados, representa uma técnica na qual o pesquisador tem um contato com o entrevistado para coletas de dados.

Os métodos de análise de dados que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais. Mais ainda, a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de evento, fatos, processos. As duas abordagens demandam, no entanto, o esforço da reflexão do pesquisador para dar sentido ao material levantado e analisado (GATTI, 2004, p. 13).

Contrariando alguns estudos, não há separação entre o sujeito de pesquisa, o pesquisador e o objeto de estudo, pois é o paradigma que norteará os estudos do pesquisador, são seus questionamentos, baseados em toda a teoria acumulada a respeito, que vai construir seu conhecimento sobre o fato pesquisado. Seu papel, é justamente, o de mediador inteligente e ativo entre esse conhecimento acumulado na área e as novas descobertas decorrentes da pesquisa (LUDKE; ANDRÉ.1986, MARTINS; RAMOS, 2013).

4.1. CAMPO DE PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

A escola municipal Sérgio Luiz de Melo Gomes, fica localizada na Rua João Alves Oliveira, S/N, Bairro do Cordeiro, na cidade de Guarabira/PB, local de realização da pesquisa.

A estrutura física da escola é dividida em quatro salas de aulas, dois banheiro, um laboratório de informática, uma cozinha e uma diretoria. O espaço é grande e arejado para receber as crianças e o PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola está atualizado.

O corpo docente é composto por oito professoras sendo dois readaptados. Todas as professoras têm o ensino superior mas, nem todas são graduadas em pedagogia e duas docentes possuem curso de letras e geografia. A escola também possui três cuidadoras, uma coordenadora, uma supervisora, uma merendeira e uma auxiliar de serviços gerais, todas do sexo feminino e a equipe administrativa é composta por uma gestora, uma gestora adjunta e uma secretária.

O número de crianças matriculadas na escola é de 192, todas de baixa renda familiar. A faixa etária dos alunos é de 4 à 11 anos, no período matutino, as séries do Pré I possuem vinte e um alunos, com 4 anos de idade; o Pré II possui treze alunos, com 5 anos de idade; o 1º ano possui vinte e um alunos, com 6 anos de idade; o 2º ano possui vinte e cinco alunos, com 7 anos de idade e; o 3º ano possui vinte e nove alunos, entre 8 e 9 anos de idade.

Para a pesquisa, foram entrevistados três docentes do turno manhã das séries iniciais do Ensino Fundamental, visando ouvir deles as informações desejadas pertinentes ao presente trabalho.

4.2 INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Para a realização da coleta de dados foram realizadas entrevistas. Sabemos que é preciso que o entrevistador tenha um cuidado no esclarecimento e um desenvolvimento na aplicação, sem contar que os objetivos propostos devem ser efetivamente delineados, a fim de que se obtenha o resultado pretendido.

[...] o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado. (GIL, 2002, p. 53).

De acordo com Salvador (1980) apud Ribeiro (2008), a entrevista tornou-se, nos últimos anos, um instrumento do qual se servem constantemente, e com maior profundidade, os pesquisadores das áreas das ciências sociais e psicológicas. Recorrem estes à entrevista segundo Lüdke, Cruz & Boing (2009, p. 464), o confronto entre a pesquisa e seu relato alerta para a distância que muitas vezes existe entre eles, comprometendo seriamente a possibilidade de um julgamento que faça justiça ao trabalho realizado efetivamente. Fazer bem uma pesquisa não é coisa fácil, mas é preciso também fazer bem o seu relato.

Sempre que têm necessidade de obter dados que não podem ser encontrados em registros e fontes documentais, podendo estes serem fornecidos por determinadas pessoas.

4.3 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa qualitativa é o método de investigação científica que se baseia no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais. Com este tipo de pesquisa qualitativa os entrevistados estão mais livres para apontar os seus pontos de vista sobre determinados assuntos que estejam relacionados com o objeto de estudo.

As pesquisas qualitativas são caracterizadas, basicamente, pelo uso da técnica de análise de conteúdo. Dessa forma, nos resultados, não cabe a caracterização de dados numéricos, percentual absoluto ou tabelas. Os resultados devem ser apresentados pelo uso de observações do campo e/ou citações literais. Os resultados devem ser pertinentes aos achados. Assim, como a discussão deve apresentar argumentação consistente e ampla, respondendo aos objetivos do estudo e ao referencial teórico adotado.

Neste tipo de pesquisa, os meios de coleta de dados são estruturados através de questionários de múltipla escolha, entrevistas individuais e outros recursos que tenham perguntas claras e objetivas. E estes devem ser aplicados com rigor para que se obtenha a confiabilidade necessária para os resultados. A pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2010 apud MARTINS; RAMOS, 2013, p. 10), “busca questões muito específicas e pormenorizadas, preocupando-se com um nível da realidade que não pode ser mensurado e quantificado”. Acrescenta também, o autor, que ela age com base em significados, razões, desejos, crenças, valores, atitudes e outras características 124 subjetivas próprias do ser humano que não podem ser limitadas a variáveis numéricas.

Dessa forma buscamos teóricos que possam embasar nossa pesquisa, sem esquecer-se de estar no meio natural, onde os fatos acontecem e podem ser observados. Nesta perspectiva, a pesquisa qualitativa, consiste em compreender profundamente fenômeno de uma realidade e

não tem a preocupação de quantificar as questões e valores do objeto investigado, portanto preocupação é ainda com aspectos não quantificados da realidade, visando a compreensão a explicação da mesma, por isso, trabalha “com o universo do significador, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, (MINAYO, 2008, p.21) . O processo da utilização da abordagem qualitativa dá-se pelo pesquisador que procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos baseados nas ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social, interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação focada, sem se preocupar com representatividade numérica, embora use essa representatividade como argumento em seus estudos.

4.4. PROCEDIMENTOS: ETAPAS DA PESQUISA

Os dados coletados, para a realização da investigação ocorreu ao segundo dia, do mês de novembro do corrente ano, 2018.

No primeiro dia houve um contato prévio da pesquisadora com a escola campo de sua pesquisa, na qual a mesma apresentou-se assim como expôs a proposta e os objetivos de sua investigação. Depois deste momento, a pesquisadora definiu o seu retorno na escola, para a realização das entrevistas com os docentes daquela instituição, bem como para concretização da observação no ambiente escolar. Neste contato, foi possível ainda a realização da descrição da escola.

As entrevistas ocorreram no espaço da escola campo da investigação, de acordo com a data e horário definido pelos próprios docentes, conforme as suas disponibilidades.

Quanto à observação do ambiente, este se deu de forma simples e natural os mesmos foram muito atenciosos nos momentos de contato da pesquisadora com a escola mostrando a importância da qual estava sendo pesquisados.

4.5 ANÁLISES DOS DADOS

Posteriormente a obtenção dos dados, é o momento de analisá-los como uma forma de compreender o fenômeno estudado e suas causas. Esta análise consiste, de acordo com Lakatos e Marconi (2003), na tentativa de ressaltar as relações que existem entre tal fenômeno e outros fatores.

4.5.1 O ambiente físico

Conforme as figuras 1 e 2 a seguir, nota-se que a mesma não contempla imagens positivas de nenhum dos povos negros, uma vez que a mesma não dispõe de uma decoração que exponha a diversidade de povos existentes no Brasil e em seu cotidiano para que as crianças possam ter um olhar diferenciado no seu ambiente escolar.



Figura 1: Ambiente da escola



Figura 2: Ambiente da sala de aula

Porém, podemos dizer que de todo o caso os indivíduos em processo de construção social podem procurar outros referenciais comportamentais, todavia, também não podemos descartar o papel dos mediadores mas, de certa forma, poderá ocorrer desvios no que se refere às atitudes, sobretudo porque as relações entre os pares poderão ser interiorizadas e recriadas, haja vista que, há neste caso, uma gama de informações que serão absorvidas por esses indivíduos.

Para alguns, no olhar escolar, a decoração no espaço escolar pode parecer algo desnecessário e sem importância porém, é revelador de uma prática que de uma forma muito severa terá um processo de socialização de uma criança negra para se identificar-se com sua cor, pois é um processo bastante complicado para ser tratado em uma sala de aula, mas então todo o corpo docente deve ter a capacidade para lidar com este tipo de processo ocorrido.

Em sua obra (CAVALLEIRO, 2000), afirma que o racismo, o preconceito racial e a discriminação racial estão presentes na sociedade brasileira e são altamente prejudiciais para a população negra, tanto nas relações sociais (família, escola, bairro, trabalho, etc.) quanto nos meios de comunicação, conceitos estes que imputam alguns estereótipos ao indivíduo negro, dificultando mais ainda a sua aceitação no cotidiano da vida social. Sendo assim, através de sua pesquisa, a autora busca descobrir em que momento esse racismo é introjeção no ser

humano, em qual fase da vida ou ambiente esses conceitos lhe são ensinados e como se dá o processo de socialização depois do reconhecimento dessas diferenças.

4.5.2 As entrevistas

Tomando por base os dados colhidos, junto ao corpo docente da escola municipal que detalhamos acima em um tópico específico, sendo o campo de investigação e, após a realização das entrevistas, foi possível chegar aos resultados descritos a seguir, aos quais foram classificados de acordo com as questões do roteiro da entrevista.

Tendo como base o depoimento da maioria das entrevistadas, conclui-se que a escola de fato não possui em sua bibliografia matérias didáticas, quer sejam, livros, músicas e/ou vídeos, que abordem a referida temática, fato que não contribuem para educação das relações étnico-raciais. Para Brito (2012), esta falta configura-se em mais um obstáculo para a efetivação da Lei 10.639/03, (BRASIL, 2003).

Assim, iniciamos a entrevista com a seguinte pergunta:

- Qual o seu posicionamento diante da abordagem das diferenças raciais na sala de aula? Concorda que deve ser discutido? (PERGUNTA 1)

Um dos docentes afirmou:

SUJEITO A: “Sim, concordo! O preconceito ainda está presente em todo lugar e na sala de aula também. É preciso que educadores se atentem a essas manifestações”.

O sujeito B teve uma resposta semelhante, como pode ser visto a baixo:

SUJEITO B: “Sim, concordo! Sou a favor e sou favorável às discussões, acredito que somente o conhecimento pode quebrar esses paradigmas raciais”.

SUJEITO C: sim pois somos responsável para por em pratica esse conhecimento.

O preconceito racial ainda está presente em todos os ambientes principalmente no ambiente escolar. A escola ao exercer o seu papel de orientar os alunos a entender e respeitar a diversidade, possibilita com que eles cresçam, sabendo conviver com as diferenças. Reconhecer em sala de aula a importância da história e da cultura Afro-brasileira e Africana como construtoras da História do Brasil, torna-se um meio eficaz de combate ao racismo e a discriminação permitindo com que, por meio da educação formal, seja rompida a imagem de inferioridade dos negros na sociedade. Munanga (2000, p. 14), afirma:

Sem dúvidas, todos os preconceitos e discriminações que permeiam nossa sociedade brasileira são encontrados na escola, cujo papel deve ser o de

preparar futuros cidadãos para a diversidade, lutando contra todo o tipo de preconceito mas, na prática ela acaba é reforçando o racismo.

Mas a história do Brasil lecionada no ambiente escolar, até o ano de 2003, só dava destaque à trajetória dos europeus na América e excluía a parte negra da história do Brasil. Pensando nessa deficiência, o ex-presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, no dia 9 de janeiro de 2003, aprovou a Lei 10.639, que altera o currículo da rede de ensino e torna obrigatório o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira na educação do país.

Em outra pergunta intencionamos saber:

- Você tem conhecimento sobre a lei 10.639/03, que fala sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira dentro das disciplinas que já faz parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio? (PERGUNTA 2)

SUJEITO A: “Sim! Esse foi um tema abordado antes do lançamento do projeto em reunião com os coordenadores”.

SUJEITO B: “Sim! Os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte formadora de sociedade brasileira”.

SUJEITO C: “Sim! Adquiri há pouco tempo, mas vejo que é muito proveitoso para discutir desde já nas séries iniciais”.

Como citado acima, a escola faz-se muito importante para a formação de cidadãos para que eles tenham um olhar diferenciado para a sociedade.

Na escola, a criança negra se encontra com o processo histórico construído com bases em estereótipos negativos produzidos socialmente, e os padrões estéticos estabelecidos culturalmente são elementos definidores do processo de sua identificação e aceitação, o que influenciará significativamente a percepção que ela tem de si e no autoconceito.

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA, 2005, p. 17)

Ainda perguntamos:

- Qual deve ser a postura de um docente diante de uma situação de preconceito racial na sua sala de aula? (PERGUNTA 3)

SUJEITO A: “É preciso que o professor tenha uma boa relação com seus alunos, abordar o assunto e conscientizá-los por meio do diálogo”.

SUJEITO B: “Acredito que o professor deve intervir no sentido de apontar a direção contrária a do preconceito pois, é justamente da falta do conhecimento, que surge as intolerâncias e as atitudes discriminatórias. O conhecimento é a saída contra a ignorância”.

SUJEITO C: “Aproveitar o tema para conscientizar as partes envolvidas”.

Assim, deve-se afirmar que:

[...] o indivíduo preconceituoso é aquele que se fecha em uma determinada opinião, deixando de aceitar o outro lado dos fatos. É uma oposição dogmática e sectária que impede aos indivíduos a necessária e permanente abertura ao conhecimento mais profundo da questão, o que poderia levá-los a reavaliação de suas posições. (BERND, 1994 apud MUNANGA; GOMES, 2006, p. 182)

Em outras palavras, é mais fácil negar o preconceito, mantendo-se sob um único ponto de vista a respeito de alguma coisa ou pessoa, do que assumi-lo e adquirir outras opiniões. Porém, o discurso de negação não adianta de muita coisa, pois as ações do tipo “ver com maus olhos o casamento entre uma mulher branca e um homem negro ou vice-versa”, por si, só denunciam a prática preconceituosa. Nesta mesma linha, o preconceito racial configura-se em uma “ideia preconcebida suspeita de intolerância e aversão de uma raça em relação a outra, sem razão objetiva ou refletida. Normalmente, o preconceito vem acompanhado de uma atitude discriminatória” (SANTA’ ANA, 2005, p. 188).

De acordo com a lei 10.639/03 perguntamos também:

- Na sua escola é realizada alguma atividade referente ao 20 de novembro (Dia nacional da consciência negra)? (PERGUNTA 4)

SUJEITO A: “Sim! Acontecem eventos, projetos parceria com o instituto Alpargatas, quando a escola é selecionada”.

SUJEITO B: “Sim! A equipe escolar também trabalha com projetos ao longo do ano para que essa referência seja fundamentada desde as series iniciais”.

SUJEITO C: “Sim! Realizamos nesse momento atividades culturais com o projeto do Mais Educação nesse momento para conscientizar as crianças para ter um olhar diferenciado na sociedade”.

É sobre este contexto escolar permeado de tais conflitos e deste silêncio apaziguador utilizado como véu para encobrir o desenvolvimento destas práticas sociais no ambiente escolar que será discutido no subitem a seguir, assim como as outras formas que contribuem para a efetivação delas neste meio, e ainda discutem-se alguns caminhos que leva a escola a

enfrentar e combater o racismo e seus derivados para então, promover uma educação antirracista.

Por fim, a última questão:

- O que você aprendeu, quando estudante, sobre o preconceito racial na escola?

(PERGUNTA 5)

Assim os sujeitos A, B e C responderam;

SUJEITO A: “Não me lembro de nada quando era estudante, pois o preconceito na minha época era comum”.

SUJEITO B: “Aprendi que se o preconceito é constituído pela sociedade, para erradicá-lo é preciso contar com a desconstrução”.

SUJEITO C: “Diz que o tema na realidade nunca foi discutido em sala, pelo menos não tenho lembranças”.

Com as repostas semelhantes os docentes entrevistados afirmam que na escola é preciso trabalhar sobre o tema preconceito racial na sala de aula para conscientizar as crianças desde cedo conhecer e respeita as diferenças raças.

[...] a educação escolar está profundamente comprometida com um projeto coletivo de mudanças sociais, independentemente da diversificação cultural dos vários grupos étnicos que compõem a sociedade, considerando que as diferenças culturais e étnicas são enriquecedoras na conformação e organização do tecido social. (LOPES, 2005, p.186)

Desta forma, a ideia é sempre garantir uma educação de melhor qualidade a qual visa à valorização de todas as etnias, sem o estímulo do preconceito social e racial. Com base nas entrevistas, percebemos que a Lei 10639/03 não é tão conhecida, pois quando estudantes, elas afirmam que o preconceito era algum comum e que nunca estudaram esse tipo de lei. Para tanto, essa entrevista foi algo que teve grande contribuição na qual foi norteadora da temática abordada.

O principal objetivo da lei é o de valorizar e reconhecer a diversidade étnico-racial em todos os níveis da educação brasileira, para que seja possível enfrentar as práticas discriminatórias racistas que ainda estão presentes no âmbito educacional e nos sistemas de ensino que excluem e penalizam crianças, jovens e adultos negros e que comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos.

Contudo, os objetivos deste trabalho conseguiram ser alcançados e, sem dúvidas, colhendo bons resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo percebendo que a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), ainda não está aplicada de forma integral e, ao contemplarmos alguns docentes empenhados em suas funções, sentimos que é possível uma mudança nesse quadro, desde que consigam – e nesse quesito nos enquadraremos enquanto professores em formação – incentivar outros docentes a proporcionar essa discussão em sala e em conselhos escolares, no sentido de propor mudanças para a inserção de atividades voltadas para o atendimento da Lei.

O ambiente escolar, muitas vezes, infelizmente, é um espaço de discriminação onde inúmeros alunos sofrem com isso. A prova disso é que estudos atestam que a expectativa de professores sobre alguns estudantes, negros e negras, costuma ser baixa, o que significa que também o investimento nestes será menor, fazendo com que tenham uma trajetória escolar ruim. Portanto, para modificar a mentalidade que se inicia ou se cristaliza na escola, é preciso, antes de tudo, mudar a percepção dos quem tem legitimidade para mobilizar a construção de práticas antirracistas.

Ao tratar-se da instituição pela qual foram efetivadas, as observações, o total apoio e envolvimento por parte da equipe pedagógica, demonstraram uma atenção na qual tiveram, mesmo com o pouco conhecimento sobre a Lei 10.639/03 (BRASIL 2003), onde o corpo docente afirma que nas escolas, desde cedo, é preciso aplicar e dialogar sobre esta lei para que as crianças desde cedo percebam que somos todos iguais.

Através deste estudo, pudemos constatar que trabalhar a identidade da criança negra no meio educacional ainda é um grande desafio. Muito se fala em desconstruir o racismo no ambiente escolar, porém não se começa pelo principal, que seria trabalhar a cultura negra de forma positiva para promover a igualdade racial na escola, partindo do princípio de que a imagem do negro transmitida na sociedade se pauta em concepções negativas e estereotipadas que foram transmitidas ao longo do tempo. Poucas escolas se preocupam em discutir sobre a temática racial em seu cotidiano e deixa de lado o reconhecimento de o quanto o negro contribuiu para a formação da sociedade e as contribuições que esse segmento da população trouxe para nossa cultura.

É preciso que as escolas valorizem a criança negra e suas origens e, trabalhem isso no cotidiano, objetivando diminuir o preconceito, o racismo e a desigualdade social. As crianças negras devem ser vistas na escola como parte da história e, nos murais, nos livros e nos brinquedos, possam se identificar, ao encontrar bonecos e bonecas, personagens e elementos da cultura afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LDBEN. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Constituição Federal-República Federativa do Brasil, 1988. Acesso em: 26 de novembro de 2018.

_____. *Contribuições para implementação da lei 10.639/2003*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=155704>. Acesso em: 26 de novembro de 2018.

_____. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: MEC, Secretaria Especial de política de promoção da igualdade racial, 2005. Acesso em: 26 de novembro de 2018.

CAVALLEIRO, E.S. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar – racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

GOMES, E.M.S. et al. *A afirmação dos valores civilizatórios afrobrasileiros na formação da criança negra*. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA9_ID6084_11082016101038.pdf>. Acesso em: 26 de novembro de 2018.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. *Fundamentos da metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUDKE, M. A.; MARLI, E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: 1986.

LOPES, V. N. *Racismo, Preconceito e Discriminação: Procedimentos didático-pedagógicos e a conquista de novos comportamentos*. In: MUNANGA, K. *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da educação, secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005, 2 ed.

PEDRETTI, R. *Preconceito racial*. Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/sociologia/preconceito-racial>>. Acesso em: 08 de novembro de 2018.

MINAYO, M.C.S. *O desafio da pesquisa social*. In: *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 9- 29.

MUNANGA, K. *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da educação, secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005, 2 ed.

PEDRETTI, R. *Preconceito racial*. Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/sociologia/preconceito-racial>>. Acesso em: 28 de setembro de 2018.

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

SANT'ANA, A. O. *História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados*. In: *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39 - 67.

SILVA, A.C. *A desconstrução da discriminação no livro didático*. In: *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 21 - 37.

APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Este instrumento tem como objetivo levantar dados e informações sobre a pesquisa integrante do trabalho de conclusão do curso. Trata-se de questões abertas sobre a temática abordada na pesquisa.

1. Qual o seu posicionamento diante da abordagem das diferenças raciais na sala de aula? Concorda que deve ser discutido?
2. Você tem conhecimento sobre a lei nº 10.639/03, que fala sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira dentro das disciplinas que já faz parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio?
3. Qual deve ser a postura de um docente diante de uma situação de preconceito racial na sua sala de aula.
4. Na sua Escola é realizada alguma atividade referente ao 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra)?
5. O que você aprendeu, quando estudante, sobre o preconceito racial na escola?